



Número: **0011528-22.2021.8.17.2370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho**

Última distribuição : **26/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 23.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Honorários Advocatícios**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE SEVERINO DE SOUZA (AUTOR)			RAFAEL CORREA DA SILVA (ADVOGADO(A)) JOSE MARCO DA SILVA (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
10294 4765	08/04/2022 13:20	Sentença		Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

2ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Rua Cento e Sessenta e Três, Quadra 191, ANEXO - Forum do Cabo de Santo Agostinho, 6º andar - E-mail:
civel2.cabo@tjpe.jus.br, Garapu, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE - CEP: 54518-430 - F:()

Processo nº **0011528-22.2021.8.17.2370**

AUTOR: JOSE SEVERINO DE SOUZA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Trata-se de Embargos de Declaração apresentados pelo réu/embargante, **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, contra a sentença prolatada ao ID 102518859 que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial.

Em suas razões, sustenta o embargante que há contradição no julgado quanto ao marco inicial da correção monetária.

Aponta o embargante que, em certo momento a sentença menciona que a quantia a que foi condenado a pagar deve ser “**acrescida de correção monetária e juros de mora, a partir da citação**” e que, em momento posterior, menciona que a correção monetária deve ocorrer “**com base na tabela do ENCOGE, desde a data do evento danoso.**”

Recebo os embargos, pois tempestivos.

A questão deduzida nos embargos diz respeito à manifestação deste Juízo acerca do marco inicial da correção monetária, na sentença proferida ao ID 102518859.

Verifico que na sentença embargada, diversamente do alegado pelo embargante, não há



contradição, mas obscuridade, motivo pelo qual, passo a aclará-la e declará-la.

A obscuridade encontra-se na seguinte frase contida na sentença: **“acrescida de correção monetária e juros de mora, a partir da citação”**. A frase “a partir da citação”, refere-se e está vinculada ao “juros da mora”, e não ao conjunto “correção monetário e juros da mora”, o que fora, posteriormente, reforçado na sentença embargada, na seguinte declaração: **“com base na tabela do ENCOGE, desde a data do evento danoso.”**

Entretanto, pela ambiguidade da frase “acrescida de correção monetária e juros de mora, a partir da citação” e pela possível confusão na sua interpretação, deve a sentença ser declarada.

Com tais considerações, **DEFIRO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** apresentados pelo embargante, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e declaro a sentença de ID 102518859, **acrescendo em sua fundamentação a expressão “este”, passando, assim a:**

Onde se lê: **“acrescida de correção monetária e juros de mora, a partir da citação”**

Leia-se: **“acrescida de correção monetária e juros de mora, este a partir da citação”**.

No mais, mantém-se intocada a sentença.

Intimem-se.

Cabo, 08 de abril de 2022.

Ivanhoé Holanda Félix

Juiz de Direito

GCTB

